



**PAUTA
PARA A 29ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 29 DE ABRIL DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao § 1º do artigo 10 da Lei Complementar nº 734, de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

3 - Projeto de lei nº 522, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Assegura tratamento prioritário no embarque de veículos no serviço de travessia marítima por balsas a todos os veículos automotores com placa dos respectivos municípios nos quais ocorra o transporte.

4 - Projeto de lei nº 523, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Educacional Circense Tapias Voadores", em Diadema.

5 - Projeto de lei nº 524, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 525, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Thomaz Rodrigues Alckmin" ao Poupatempo de Mauá.

7 - Projeto de lei nº 526, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 527, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Teodoreense Recuperando Vidas - ATREV", em Teodoro Sampaio.

9 - Projeto de lei nº 528, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o Centro de Convivência da Terceira Idade "Terra das Garças", em Guaratinguetá.

3ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 13, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n.º 576, de 1970, com modificações posteriores, que trata do Regimento Interno.

2 - Projeto de lei nº 500, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Areias como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 501, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arapeí como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 502, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Branca como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 503, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatória a instalação de equipamentos para tratamento e reúso da água empregada na lavagem de veículos.

6 - Projeto de lei nº 504, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 505, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 506, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Institui o "Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus".

9 - Projeto de lei nº 507, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade de detalhamento de informações sobre valores faturados nas contas de serviços públicos de energia elétrica prestados aos consumidores residenciais no Estado.

10 - Projeto de lei nº 508, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade na obtenção de cópias xerográficas gratuitas a todo cidadão que necessitar dos Serviços Públicos no Estado.

11 - Projeto de lei nº 509, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a construção de dique de contenção em todos os armazéns de açúcar do Estado.

12 - Projeto de lei nº 510, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Basquete de Barretos", naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 511, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas lojas de operadoras de telefonia fixa e celular.

14 - Projeto de lei nº 512, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Canas como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 513, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Jambeiro como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 514, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadores de serviços ao Poder Público estadual.

17 - Projeto de lei nº 515, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lagoinha como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 516, de 2015, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Escrivão Elias Peres de Camargo" ao prédio da Delegacia de Polícia Civil em Pirajuí.

19 - Projeto de lei nº 517, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lavrinhas como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 518, de 2015, de autoria da deputada Marcia Lia. Dá a denominação de "Trevo João Fernandes Egas" ao dispositivo de acesso viário localizado entre os kms 69 e 70 da Rodovia SP 257, em Américo Brasiliense.

21 - Projeto de lei nº 519, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Presidente Prudente como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 520, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos Nova Vale", em Lagoinha.

23 - Projeto de lei nº 521, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação e Centro de Convivência Parque Planalto", na Capital.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 12, de 2015, de autoria do deputado Luiz Turco e outros. Altera e revoga dispositivos que especifica do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, Resolução nº 576, de 1970.

2 - Projeto de lei nº 485, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Declara de utilidade pública a "Mais Vida Centro de Apoio ao Portador de Câncer", em Itu.

3 - Projeto de lei nº 486, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica São José dos Campos como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 487, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arandu como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 488, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Japan Matsuri - Festival da Cultura Japonesa de Osasco", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 489, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Fixa o valor dos emolumentos devidos aos juízes de casamento.

7 - Projeto de lei nº 490, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Cria no âmbito do governo do Estado cadastro de registro e identificação de drone, também conhecido como vant (veículo aéreo não tripulado).

8 - Projeto de lei nº 491, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Silveiras como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 492, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Guararema como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 493, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Clovis Rodrigues de Castro" à passarela localizada no km 76 da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra - SP 360, em Itatiba.

11 - Projeto de lei nº 494, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Maria Eloiza Pinheiro Ramos" à Escola Estadual Bairro do Mascate, em Nazaré Paulista.

12 - Projeto de lei nº 495, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Marcos Antonio Frangini" ao POUPATEMPO de Bragança Paulista.

13 - Projeto de lei nº 496, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Tropeiro Mestre Zé Mira" ao trevo situado no km 23+100 m da Rodovia dos Tamoios - SP 099, em Jambeiro.

14 - Projeto de lei nº 497, de 2015, de autoria do deputado Cezinha De Madureira. Regulamenta a realização de festas com músicas eletrônicas ou musica ao vivo conhecidas como "pancadões", no Estado.

15 - Projeto de lei nº 498, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara Pindamonhangaba como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 499, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Presidente Venceslau como Município de Interesse Turístico.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 7, de 2015, de autoria do deputado Roberto Engler. Altera o artigo 6º da Resolução nº 576, de 1970, com alterações posteriores, que dispõe sobre o processo de eleição da Mesa Diretora.

2 - Projeto de lei nº 468, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cruzeiro como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 469, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arujá como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 470, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Biritiba Mirim como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 471, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Igaratá como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 472, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Ferraz de Vasconcelos como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 473, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itaquaquecetuba como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 474, de 2015, de autoria do deputado Abelardo Camarinha. Classifica Marília como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 475, de 2015, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o "Dia de Conscientização do Mutismo Seletivo" no Estado.

10 - Projeto de lei nº 476, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Altera a redação da Lei nº 616, de 1974, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado.

11 - Projeto de lei nº 477, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Armando Lustri" ao dispositivo de acesso situado no km 488+914m da Rodovia SP 320 - Euclides da Cunha, em Tanabi.

12 - Projeto de lei nº 478, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Ivo Ceron" ao dispositivo de retorno localizado no km 470,605 da Rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Tanabi.

13 - Projeto de lei nº 479, de 2015, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Luiz Galego Dias" ao dispositivo de retorno situado no km 474+000m da Rodovia SP 320 - Euclides da Cunha, em Tanabi.

14 - Projeto de lei nº 480, de 2015, de autoria do deputado Raul Marcelo. Dispõe sobre orientações de memória histórica.

15 - Projeto de lei nº 481, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Roseira como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 482, de 2015, de autoria do deputado Igor Soares. Dá a denominação de "Ecinoelia Sales Oliveira" à futura Delegacia de Defesa da Mulher de Itapevi.

17 - Projeto de lei nº 483, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Institui o passe livre dos professores da rede pública estadual no sistema de transportes coletivos intermunicipais, por rodovias, hidrovias, ferrovias e os veículos leves sobre trilhos - VLT, nas Regiões Metropolitanas do Estado.

18 - Projeto de lei nº 484, de 2015, de autoria da deputada Rita Passos. Institui a "Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos".

19 - Moção nº 26, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes, em especial o Ministério da Saúde, a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis a fim de: 1) garantir a dispensação de fraldas descartáveis aos hipossuficientes portadores de doença ou deficiência que cause incontinência; e 2) revogar o inciso II do artigo 26 da Portaria nº 971, de 2012, que proíbe a venda das fraldas supracitadas a pessoas com idade inferior a 60 anos no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB).

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

2ª Sessão

Projeto de lei nº 529, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a CESP - Companhia Energética de São Paulo a constituir subsidiárias, participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas e formar consórcios.